

Associações de Militares

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

(2005JUL27)

Falar verdade! Em defesa da Condição Militar.

O Encontro de Militares, promovido pelas três associações sócio-profissionais de militares no activo, ANS, AOFA e APA, realizado no passado dia 14 de Julho, no Pavilhão Municipal de Desportos do Concelho de Almada, situado no Feijó, constituiu por si só um evento maior na história associativa militar, cujos reflexos ainda não estamos em condições de analisar em toda a sua profundidade e extensão, mas que, certamente perdurarão nos tempos para lá dos milhares de militares que participaram, enchendo as suas bancadas.

Um evento desta natureza, que uniu desde oficiais gerais até às praças, em DEFESA DA CONDIÇÃO MILITAR, das Forças Armadas e das Condições Mínimas para o exercício da Função Militar, nunca tinha sido realizado no nosso País e, por isso, é elucidativo do nível de preocupação, indignação e conseqüente mobilização que grassa no seio das Forças Armadas em todo o País.

Os militares realizaram este evento maior na expectativa que os responsáveis do Governo escutassem mais esta mensagem de alerta e que o senhor Primeiro Ministro anuísse a uma das decisões do Encontro e recebesse ele próprio das mãos dos representantes das associações promotoras, a Moção aprovada pela esmagadora maioria dos presentes.

O Primeiro Ministro decidiu não receber directamente as associações em audiência, mas antes nomear um seu representante para o fazer. Condição inaceitável sob pena de os responsáveis associativos não respeitarem as decisões do Encontro e os compromissos assumidos perante os presentes. Os responsáveis pelas associações de militares tudo farão para entregar pessoalmente a Moção ao senhor Primeiro Ministro, respeitando a vontade dos participantes no Encontro de Militares de Almada.

Mas, para quem ainda tinha dúvidas sobre a natureza das medidas que o MDN preconiza para aplicar aos militares no âmbito do PEC, a sua entrevista ao jornal "Público" no passado dia 16 de Julho é elucidativa, pois fundamenta e adensa as preocupações já existentes.

As declarações constantes nessa entrevista não só não esclarecem nem constituem uma mensagem de respeito pelos escassos direitos adquiridos, previstos na Lei de Bases do Estatuto da Condição Militar, como agravam e reforçam as preocupações, aduzindo ainda um dado novo ao quadro em que se desenrolam os projectos de decreto-lei e de lei a aplicar à área da Defesa Nacional:

- Foi com grande admiração que ficámos a saber que, afinal, as quatro propostas de diploma que o senhor ministro nos apresentou para estudo e proferir parecer em escassos três dias úteis, bem como as Resoluções do Conselho de Ministros 109, 110 e 111, todas de 30 de Junho de 2005, afinal não eram para valer, mas meras "Orientações".

Ficámos também a saber que, o senhor ministro, não conseguiu (ou finge não conseguir!?) alcançar a mensagem dos milhares de militares presentes em Almada, considerando que as

ANS – Associação Nacional de Sargentos – R. Barão de Sabrosa, 57 – 2º - 1900-088 Lisboa
Tel: 21 815 49 66 • Fax: 21 815 4958 • E-mail: geral@ans.pt

AOFA – Associação de Oficiais das Forças Armadas – R. Infanta Dona Santa Isabel - 2780 Oeiras
Tel: 21 44177 44 • Fax 21 440 68 02 • E-Mail: aofa@sapo.pt

APA – Associação de Praças da Armada – Zona 2-A da Ameixoeira, Lote 12 – Loja B – 1750-403 Lisboa
Tel. e Fax: 21 755 29 39 • E-Mail: geral@apracas.pt



ANS



AOFA



APA

Associações de Militares



ANS



AOFA



APA

associações "Aproveitaram esta circunstância de haver iniciativas gerais para a função pública para se afirmarem, mas não o fizeram correctamente...". Mas o que dizemos é que incorrecto é:

- Fazer crer que meras orientações seriam projectos de diploma.
- Aproveitando um problema conjuntural de défice, fazer recuar o quadro legal e constitucional de direitos, remetendo-nos para uma situação pior do que antes do 25 de Abril de 1974.
- Numa operação aparentemente racionalizadora, de fusão dos três subsistemas de saúde da área da defesa, e após o anterior Governo do PS ter nacionalizado os Serviços Sociais das Forças Armadas (SSFA) transformando-os em Instituto Público (actual IASFA) sem que o Estado tenha contribuído com um cêntimo para o seu património, vir agora o actual Governo do PS transferir para aquele organismo de serviço social, custeado por gerações de militares, despesas que pertencem ao orçamento de Estado, degradando, assim, a possibilidade de prestação de serviço social para o qual os militares fundaram e sustentaram aquele organismo.

Num momento em que se enviam militares para o Afeganistão sem se ter antecipadamente cuidado de definir e oficializar o estatuto jurídico da missão, afastando-os do seio familiar com todas as consequências negativas que isso tem, o ministério em vez de fazer o que lhe compete, definir o estatuto jurídico da missão e garantir a assistência social, médica e psicológica às suas famílias, vem na entrevista do senhor ministro dizer que as suas famílias deixarão de beneficiar dos subsistemas de saúde militares.

Isto num momento em que os camaradas foram enviados para um teatro de guerra de alto risco, em que necessitam de toda a concentração no cumprimento da missão e não estarem dispersos com os problemas familiares e com as alterações ao quadro de apoio que julgavam em vigor para minimizar a sua ausência.

Quando jurámos dar a vida pela Pátria, foi no pressuposto de que tínhamos na nossa retaguarda um Estado que nos substitua na assistência e apoio às nossas famílias. Ora é precisamente este quadro, inerente à Condição Militar, que este Governo pretende alterar com as medidas anunciadas pelo senhor ministro da Defesa Nacional na referida entrevista.

Por tudo isto, e respeitando as decisões do Encontro de Militares realizado em Almada no passado dia 14 de Julho, tudo fizemos e faremos para entregar pessoalmente ao senhor Primeiro Ministro a Moção ali aprovada. Fá-lo-emos por todos métodos possíveis e, se necessário, usaremos de toda a imaginação de que já demos prova possuir.

A função Militar, para ser exercida no actual modelo de Forças Armadas, necessita das condições mínimas existentes para que se possa consumir num quadro de qualidade e eficiência que se desejam sempre elevadas. Alterar este quadro consubstanciando a regressão implícita nas medidas preconizadas pelo XVII Governo Constitucional, colocam em causa a operacionalidade das Forças Armadas e consequentemente a Defesa Nacional.

Para que a Justiça e a Razão prevaleçam!

As ANS, AOFA e APA

ANS – Associação Nacional de Sargentos – R. Barão de Sabrosa, 57 – 2º - 1900-088 Lisboa
Tel: 21 815 49 66 • Fax: 21 815 4958 • E-mail: geral@ans.pt

AOFA – Associação de Oficiais das Forças Armadas – R. Infanta Dona Santa Isabel - 2780 Oeiras
Tel: 21 44177 44 • Fax 21 440 68 02 • E-Mail: aofa@sapo.pt

APA – Associação de Praças da Armada – Zona 2-A da Ameixoeira, Lote 12 – Loja B – 1750-403 Lisboa
Tel. e Fax: 21 755 29 39 • E-Mail: geral@apracas.pt